

Neste trabalho interessa-nos analisar, especificamente, a produção legislativa de três parlamentares vinculadas a partidos políticos brasileiros de esquerda, são elas: Luciana Genro (PSoL), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Maria do Rosário (PT), no ano de 2006 à 2010. Nossa análise busca apreender o teor da sua produção legislativa. Nossa hipótese é que mesmo sendo mulheres de partidos de esquerda, elas não tem uma produção exclusivamente voltada para as mulheres e a melhoria de sua condição de vida. A proposta é confirmar ou refutar essa hipótese. O presente trabalho desdobra-se em duas frentes de análise: (a) a primeira, tem como proposta discutir a participação da mulher na política institucional brasileira, especialmente no Poder Legislativo; (b) estudar o conjunto de proposições legislativas de autoria das deputadas federais do Rio Grande do Sul, enfocando a questão de gênero.

O conceito de gênero é aqui utilizado para analisar as relações de poder e os fatores que contribuem para a subordinação feminina. Neste estudo, tomamos a definição de Costa (1997) de que a democracia é um processo de partilha de responsabilidades tanto de ações como dos resultados dessas ações.

Acerca da produção legislativa, sendo estas as ementas das matérias legais, aferiu-se duas demissões analíticas – abrangência e assunto. Posteriormente classificados seus conteúdos foram levantadas palavras chaves para as proposições e estabelecimento de nove categorias no quesito assunto, são elas: política, economia e tributação, social, mundo do trabalho, saúde e previdência, educação, cultura, ciência & tecnologia, institucional, administrativa e infra-estrutura. E na a classificação segundo a abrangência, foram utilizadas cinco categorias: nacional, regional, local, setorial e individual.